

1 Junho 2010

Missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau

A Missão da União Europeia para Reforma do Sector da Segurança na Guiné-Bissau (UERSS), iniciada em Junho de 2008 e com mandato até 31 de Maio de 2010, foi autorizada a continuar por mais quatro meses, com uma redução significativa de pessoal, no seguimento da instabilidade criada pela intervenção militar que levou à detenção do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, a 1 de Abril.

Em declarações à Agência Lusa, a 7 de Maio, o chefe daquela missão, o general espanhol Juan Esteban Verastegui, disse que *“felizmente, a porta não fica fechada. Ainda que não haja uma missão de implementação, foi autorizada a extensão da missão durante quatro meses para dar tempo às autoridades de Bruxelas para tomarem uma decisão [sobre um eventual prolongamento da missão] calma e esperar que durante este tempo haja uma solução política para os problemas criados no dia 1 de Abril”*.

Tendo em conta o risco de agravamento dos problemas de segurança e de funcionamento do Estado na Guiné-Bissau, nomeadamente devido à captura pelo narcotráfico, com consequências graves para a segurança regional e global, pode o Conselho esclarecer quais as condições necessárias para que seja tomada a decisão de prolongar esta missão para além de Setembro de 2010, reforçando o seu mandato e fortalecendo-a em termos de pessoal para que ela possa ser eficaz na assistência à reforma nacional do sector de segurança? Caso não seja tomada a decisão de prolongar a missão, que medidas alternativas pretende o Conselho tomar para minimizar os riscos referidos?

20 Setembro 2010

Resposta do Conselho

A Missão da União Europeia de apoio à reforma do sector da segurança na República da Guiné-Bissau (EU RSS) foi prorrogada, com um efectivo reduzido, até 30 de Setembro de 2010. Esta decisão foi tomada pelo Comité Político e de Segurança no fim de Abril, tendo em conta a fragilidade político-militar do país. Essa decisão teve por objectivo conceder tempo suplementar às autoridades civis para demonstrarem, por acções concretas, o seu empenho nos valores democráticos e no Estado de direito.

Os factos ocorridos a 1 de Abril de 2010 em Bissau e a nomeação em 25 de Junho do Major-General Antonio Indjai - a pessoa em grande medida responsável por esses acontecimentos - para o posto de Chefe das Forças Armadas demonstraram de novo que a preeminência do poder civil sobre o poder militar e o respeito por procedimentos dotados de legitimidade democrática estão longe de ser um dado adquirido.

Na sequência dos acontecimentos de 1 de Abril, a UE decidiu proceder a uma revisão estratégica e reforçar o diálogo político a nível dos Chefes de Missão da UE no local, bem como através de uma missão de altos funcionários do Secretariado-Geral do Conselho e da Comissão, que se deslocou a Bissau de 20 a 21 de Maio de 2010. Durante as diferentes diligências efectuadas, foram transmitidas às autoridades nacionais algumas mensagens-chave da UE.

A UE pediu nomeadamente que o antigo chefe das Forças Armadas e outras pessoas detidas ilegalmente sejam libertados, que seja legalmente estabelecida a responsabilidade dos autores dos incidentes de 1 de Abril de 2010 e que seja criado um quadro propício à continuação do processo de reformas. Esse processo requer a nomeação para os cargos de chefia das Força Armadas de pessoas que não tenham participado na sublevação do passado dia 1 de Abril e que dêem o seu apoio firme ao programa de reforma do governo. A UE reiterou igualmente a importância da adopção e promulgação pelas instâncias nacionais do pacote legislativo para a reforma do sector da segurança como condição para a concretização do processo de reformas.

No contexto dos recentes desenvolvimentos, o Comité Político e de Segurança tem acompanhado de perto a situação na Guiné-Bissau e reviu a implicação da UE no país. A luz desses debates, considerou-se que não estavam reunidas as condições políticas para a projecção de uma nova missão na Guiné-Bissau ao abrigo da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), apesar da melhoria dos contactos políticos com as autoridades civis da Guiné-Bissau. O Comité decidiu encarregar os órgãos competentes da UE de darem parecer sobre as outras recomendações da revisão estratégica.

A UE está convicta de que o seu apoio à Guiné-Bissau deve ser acompanhado de um compromisso inequívoco, por parte das autoridades, a favor de um pleno respeito pelos princípios democráticos, os direitos humanos e o Estado de direito. A UE manterá uma presença no país com uma gama adequada de instrumentos e seguirá de perto a situação, em estreita cooperação com os seus parceiros internacionais, nomeadamente a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana e as Nações Unidas.

A UE continua preocupada com o risco de deterioração da situação da segurança na Guiné-Bissau e com as possíveis consequências para o funcionamento eficaz do Estado, designadamente como resultado do impacto crescente do tráfico de droga. Neste contexto, o Conselho está actualmente a analisar quais as medidas adicionais que a UE poderá tomar como resposta.